

## PROJETO DE LEI Nº /2025

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE CARAVANISTA NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, CRIA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO PARA VIAJANTES EM VEÍCULOS TERRESTRES HABITÁVEIS.

- O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, e sanciona a seguinte LEI:
- Art. 1º Fica reconhecida, no âmbito do município de Boa Vista, a atividade caravanista como de importante valor cultural, turístico e econômico, entendida como a prática de viagem e pernoite em veículos terrestres habitáveis, tais como motorhomes, campers, vans adaptadas, trailers e similares.

## Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I Veículo terrestre habitável: todo veículo automotor ou rebocável, de propriedade privada, dotado de instalações internas que permitam pernoite, preparo básico de alimentos e armazenamento autônomo de água potável e de águas residuais;
- II Viajante: pessoa física em trânsito pelo município, sem residência fixa local, que utiliza veículo terrestre habitável como meio de locomoção e descanso:
- III Acampamento externo: a instalação, ainda que temporária, de estruturas ou equipamentos fora do veículo, tais como toldos, mesas, cadeiras, barracas, churrasqueiras, geradores externos, tapetes, redes, extensões elétricas, ou qualquer outro elemento que utilize o espaço público como área de vivência:
- IV Pernoite interno: o repouso dos ocupantes exclusivamente no interior do veículo, sem instalação de estruturas externas, o que não caracteriza acampamento e está sujeito apenas às normas gerais de estacionamento, trânsito, sossego e limpeza pública.
- Art. 3º Fica instituído o Estacionamento Rotativo para Viajantes em Veículos Terrestres Habitáveis, com as seguintes modalidades:
- I Gratuito: destinado a viajantes em trânsito, com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas, sem infraestrutura de água, energia ou descarte de esgoto;
- II Ponto de Apoio Oneroso: destinado a permanências entre 2 e 30 dias, com infraestrutura mínima de água potável, banheiro público, energia elétrica e descarte seguro de águas residuais.

Câmara Municipal de Boa Vista



- § 1º O uso do Estacionamento Rotativo Gratuito não autoriza o acampamento externo, vedada a instalação de barracas, toldos, mesas, cadeiras ou quaisquer mobiliários de uso privado fora do veículo.
- § 2º O Ponto de Apoio Oneroso poderá ter diária e tarifas definidas pelo Poder Executivo, com possibilidade de desconto parcial mediante consumo em estabelecimentos locais.
- Art. 4º Fica vedado, em qualquer área pública do município, o acampamento externo, conforme definido no art. 3º, inciso III.
- Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá, em regime de parceria com a iniciativa privada, entes públicos ou organizações da sociedade civil, implantar ou autorizar áreas de Estacionamento Rotativo e Pontos de Apoio, observado o ordenamento urbanístico de Boa Vista, critérios técnicos de segurança, saneamento e fluxo turístico.
- § 1º As áreas deverão ser sinalizadas e divulgadas nos canais oficiais do município.
- § 2º O licenciamento ambiental, quando necessário, será realizado na forma da legislação vigente.
- Art. 6º Regulamento disporá sobre a fiscalização municipal sobre o objeto desta lei.
- Art. 7º O descumprimento das proibições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:
  - I advertência escrita:
  - II multa, nos valores e condições definidos em regulamento;
- III remoção do veículo, às expensas do proprietário, em casos considerados graves pela autoridade municipal

Parágrafo único. Os valores arrecadados com multas serão destinados ao Fundo Municipal de Turismo.

Art. 8º O uso do Estacionamento Rotativo e do Ponto de Apoio dependerá de cadastro preliminar e simplificado, a ser realizado por meio de plataforma digital, com fornecimento de dados do veículo e do viajante, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo levada em consideração a capacidade de ocupação.



Art. 9º. Esta Lei não se aplica a:

I – veículos em eventos autorizados;

II – situações de emergência ou força maior;

III – veículos oficiais.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista – RR, 08 de outubro de 2025.

# CAROL DANTAS

Ver<mark>ead</mark>ora do Município de Boa Vista – PSD





#### **JUSTIFICATIVA**

O município de Boa Vista vive um momento estratégico no turismo regional e internacional. Como principal porta de entrada ao Monte Roraima — patrimônio natural da humanidade e um dos destinos mais cobiçados do ecoturismo mundial — e como cidade-fronteira com a Venezuela, Boa Vista recebe um fluxo crescente de viajantes em veículos terrestres habitáveis, prática conhecida globalmente como caravanismo.

Esse segmento turístico não é marginal, mas estruturado, responsável e economicamente relevante. Segundo a Associação Nacional de Campistas (ANACAMP), o setor tem crescido consideravelmente no Brasil, com crescimento médio de 20% ao ano desde 2020. Esses viajantes consomem em restaurantes, mercados, postos de combustível, oficinas, lojas e atrativos locais, gerando renda direta sem demandar investimento público em hospedagem.

Contudo, a ausência de regulamentação específica tem gerado incertezas jurídicas, conflitos de uso do espaço público e riscos ambientais. Alguns viajantes, por falta de orientação, acabam montando acampamentos externos em praças, calçadas e parques, o que compromete a função social desses espaços e gera reclamações da população.

O presente Projeto de Lei não proíbe, mas ordena e reconhece. Ele:

Reconhece formalmente o caravanismo como atividade de valor cultural, turístico e econômico (Art. 1º), alinhando Boa Vista a boas práticas internacionais (como na Europa, EUA e Argentina) e a municípios brasileiros pioneiros (Gramado, Campos do Jordão, Foz do Iguaçu);

Cria o Estacionamento Rotativo Gratuito por 24 horas, tempo suficiente para um viajante conhecer a cidade, abastecer-se e seguir viagem — sem incentivar ocupação prolongada em áreas não estruturadas;

Incentiva a criação de Pontos de Apoio com infraestrutura, gerando turismo de maior valor agregado e captação de recursos via tarifas justas;



Protege os espaços públicos ao vedar expressamente o acampamento externo (Art. 4º), mas respeita o direito ao pernoite interno — prática legítima, segura e autorizada pelo Código de Trânsito Brasileiro;

Adota mecanismos de proporcionalidade: prazo de 24h para regularizar, cadastro simplificado, isenção em áreas privadas e sanções definidas em regulamento — evitando multas fixas que dificultam a aprovação;

Gera dados para políticas públicas, sem violar a LGPD, e fortalece a imagem de Boa Vista como cidade moderna, acolhedora e preparada para o turismo do futuro.

Além disso, o PL não cria despesas obrigatórias ao Executivo. A implantação de áreas de apoio dependerá de parcerias com a iniciativa privada, e o Estacionamento Rotativo Gratuito pode ser implementado com sinalização simples e divulgação digital.

Diante do exposto, esta proposta equilibra direitos, protege o espaço público, estimula a economia local e posiciona Boa Vista como referência no turismo nômade sustentável na Região Norte.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta iniciativa visionária e necessária.

VEREADORA

**CAROL DANTAS** 

Vereadora do Município de Boa Vista - PSD